

Collor apresenta seu programa de governo

por Eliane Sobral
de Brasília

O presidencial Fernando Collor de Mello (PRN) acredita que o primeiro passo para debelar os atuais índices inflacionários é a credibilidade que o próximo governo terá — respaldado pela maioria dos votos da próxima eleição em 15 de novembro.

Com esta base, Collor, que ontem apresentou o seu programa de governo, na sede da OAB-DF, pretende reverter os atuais 35% ao mês para não mais do que 35% ao ano de inflação. O candidato garante, ainda, que não pensa em choques na economia. Sua equipe econômica, chefiada pela economista Zélia Cardoso de Mello, baseia-se numa fiscalização mais rígida da arrecadação de impostos como solução para se deter os índices inflacionários.

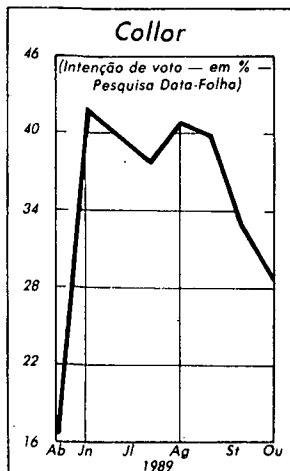
Collor de Mello apóia-se também na promoção de uma ampla reforma fiscal, administrativa, patrimonial e social para apontar as soluções do Brasil dos próximos anos. Ele terá, caso eleito, como propostas imediatas, a renegociação da dívida interna e a reversão da tendência inflacionária.

A renegociação da dívida interna, entretanto, não deve ser entendida como "calote". A proposta de Fernando Collor de Mello é a fixação de taxas de juro mais baixas — para os títulos já colocados no mercado pelo atual governo e prazos de no mínimo 90 dias para os títulos a serem negociados.

Em seu programa de governo, o candidato avalia que nas condições atuais o governo perdeu do controle da economia e a determinação dos preços passou a depender mais do poder do mercado e dos agentes econômicos do que o comportamento real dos custos. A questão do combate à inflação, determina ele, deve ser vista sob estes dois enfoques: credibilidade para reverter o processo inflacionário e o financiamento, a longo prazo, do déficit público.

DÍVIDA EXTERNA

Segundo o programa do



presidencial, a renegociação da dívida externa é praticamente impossível nas atuais condições estruturais da economia brasileira. O crescimento é incompatível com a geração de excedentes comerciais. Ele diz ter a intenção de elevar as reservas cambiais brasileiras, mas não explicou como pretende atingir este objetivo.

"Propomos uma ampla renegociação descentralizada, tratada caso a caso, mas balizada pelo governo federal — para o que será necessário a retirada do aval da União de todos os contratos", diz o programa de governo de Collor de Mello, onde afirma que "serão coordenados todos os esforços no sentido de adequar o volume de remessas de divisas aos requisitos de crescimento da economia e às condições econômico-financeiras de cada devedor. "Com isto, acredita o candidato, será possível a negociação direta entre as entidades devedoras — empresas estatais, governos estaduais e municipais e setor privado — e os bancos credores.

O papel do Banco Central, nesta questão, será o de empreender esforços numa profunda renegociação da dívida do setor privado já depositado naquela entidade, buscando tirar o máximo proveito da aparente disposição da comunidade financeira internacional em reverter as regras atuais de funcionamento do sistema.

"As vantagens deste tratamento da dívida externa são evidentes", segundo o presidencial. Será retirada boa parte do peso que hoje recai sobre o Tesouro Nacional, devido a contratos referentes a projetos inviáveis, ilegítimos e comprometedores da soberania nacional", avalia o documento.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Consta do programa do presidencial que é essencial a reforma administrativa que compreende o resgate da eficiência e da dignidade do serviço público. Neste sentido ele buscará a adequação do aparelho do Estado às funções prioritárias da nova fase de desenvolvimento econômico que pretende empreender ao País. De concreto, Collor só diz que é preciso fortalecer a área social e a reestruturação de seus mecanismos de coordenação das atividades econômicas. "Serão necessárias a fusão, a extinção e a reformulação das ações de órgãos existentes, pois, trata-se de dirigir a ação social ao combate da miséria absoluta, não por medidas absolutas, mas pela incorporação de grande parte da população às mínimas condições de vida, moradia, educação e saúde." Essa política de reforma administrativa prevê a criação de um Estado capaz de coordenar e articular a retomada do crescimento dos diversos campos da vida econômica do País.

PRIVATIZAÇÕES

Collor de Mello não tem uma lista de empresas estatais que poderiam vir a ser privatizadas sob sua administração, mas é favorável à privatização de setores onde predomina a presença do Estado, como telecomunicações, transportes, energia elétrica, entre outros. O primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto não diz, entretanto, como se daria esta participação. Limita-se a observar que "a reprivatização consiste em operar o retorno ao setor privado das empresas que foram assumidas por órgãos federais, o que significa

SUCCESSÃO PRESIDENCIAL (Evolução dos candidatos nas pesquisas eleitorais — em %)

	DATAFOLHA							
	Abr	Jun	Julho		Ago	Setembro		Outubro
			2/7	22 e 23/7		2 e 3/9	23 e 24/9	
Collor	17	42	40	38	41	40	33	29
Brizola	15	11	12	12	14	14	15	13
Lula	14	7	7	6	5	6	7	10
Ulysses	7	5	5	4	3	2	3	3
Covas	7	5	6	6	5	5	6	7
Maluf	6	4	5	7	7	8	7	8
Aureliano	4	2	2	1	1	1	1	1
Alf	1	1	2	2	3	5	7	8
Freire	2	1	2	2	2	2	2	1
Caetano	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros	4	—	—	—	—	—	1	1
Branco e nulos	11	7	5	4	4	3	—	4
Indecisos	11	14	13	17	14	13	—	14

* Último dado divulgado no dia 11 de outubro de 1989

Número de entrevistas: 4.890, em 141 municípios brasileiros

acelerar o processo de privatização em curso".

As diretrizes básicas do ex-governador de Alagoas definem que o Banco Central, assim como o Banco do Brasil, deve ter como premissa o financiamento e a gerência dos recursos brasileiros. "A Comissão de Valores Mobiliários

(CVM) tem de ter condições de exercer eficientemente sua função fiscalizadora do mercado. Este papel cabe ao Banco Central e ao Banco do Brasil. A esta última instituição ficará a responsabilidade pela liquidez do mercado monetário. Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

mico e Social (BNDES) caberá o papel, na administração Collor de Mello, de apoio institucional e financeiro ao desenvolvimento das atividades do sistema. "Sua experiência e visão estratégica serão referências para a definição do novo padrão de financiamento na década de 90.